



## Da (re)construção do Imaginário à Percepção do Patrimônio: Viagem à África ou a Subversão da Invisibilidade por meio da problematização dos conceitos de cultura, política e memória

Elisângela de Jesus Santos<sup>1</sup>

### RESUMO

O presente artigo busca refletir o universo das expressões culturais de grupos não hegemônicos na contemporaneidade. É parte das leituras, questões, reflexões e projetos do CATAVENTO: Redes e Territórios de Culturas e Identidades, grupo de estudos e pesquisas para as culturas populares, coletivo ao Centro das Culturas e Línguas Africanas e da Diáspora Negra (CLADIN) e ao Laboratório de Estudos Africanos, Afrobrasileiros e da Diversidade (LEAD). Fundado em finais de 2008, o grupo objetiva atentar para expressões culturais populares estudadas procurando entender suas especificidades em meio aos diálogos, trânsitos e intersecções possíveis entre diferentes expressões artísticas e culturais contemporâneas. Neste sentido, o artigo em questão constitui relato do Projeto “Viagem pela África” como produção cognitiva e prática docente de intelectuais negras no cumprimento da Lei 10.639/2003.

**Palavras-chave:** epistemologia, viagem imaginária, lei 10.639/2003.

### **The re-construction of the imaginary as political struggle: the project “Trip to Africa”**

**Abstract:** This article reflects on the universe of cultural expressions of non-hegemonic groups in contemporary society. It is part of the readings, questions, reflections and projects CATAVENTO: Networks and Territories of Cultures and Identities, group studies to popular culture associated with the Centre of African Languages and Cultures and the Black Diaspora (CLADIN) and Laboratory Studies African, Afro-Brazilian and Diversity (LEAD). Founded in late 2008, the group aims to pay attention to popular cultural expressions studied by its members, seeking to understand such arrangements from their specificities and amid dialogues, transits and possible intersections between different contemporary artistic and cultural expressions. In this sense, the article in question is reporting Project “Trip to Africa” as cognitive production in compliance with the Law 10.639/2003.

**Keywords:** epistemology, imaginary trip, law 10.639/2003.

### Introdução



Partilhando das experiências vividas ao longo dos cinco anos de existência do Catavento: redes e territórios de culturas e identidades, grupo de estudos e pesquisas para as culturas populares brasileiras, este artigo dialoga com os temas de pesquisa de seus membros dedicados ao universo da cultura popular e da cultura negra na contemporaneidade. A produção deste texto reuniu as preocupações de pesquisa de seus membros, da coordenação e de pesquisadores associados além de demais parceiros, tendo como referência os objetivos que fundamentam a proposta do Catavento<sup>2</sup>

Assim, entendemos as manifestações culturais populares e da cultura afro-brasileira a partir de um contexto não-hegemônico. A “cultura” vista não como definição fixa das práticas humanas, mas como representação social cujo movimento propõe diálogos com outras esferas (econômica, psicológica, social, histórica e geográfica) da vida humana e com diferentes expressões artísticas, relativas à indústria cultural ou que circulam em espaços considerados da “alta cultura” representando diferentes setores/grupos em luta na sociedade contemporânea. Constituído este eixo, pontuaremos outras preocupações, considerando expressões culturais como forma de empoderamento político dos grupos e o uso de políticas públicas de promoção cultural junto ao estado brasileiro, sobretudo no âmbito escolar, na forma da Lei 10.639/2003.

Para Muniz Sodré (1988a) nossa moderna<sup>3</sup> noção de cultura está profundamente vinculada à constituição do Estado nacional. O termo “cultura” no pós-renascimento é retomado da noção grega de *Paideia*, assim vinculado aos processos de educação do cidadão ajustado a *polis* por meio do “conjunto da poesia, artes, ciências e leis” semelhante ao que os romanos entenderiam depois por *cultura animi*, a formação humanista do indivíduo (SODRÉ, 1988a, p. 19-20).

O autor fornece uma chave importante para entendermos os processos de laicização das práticas materiais e simbólicas no Ocidente. Diferentemente de sociedades cuja base cultural vincula-se ao plano cósmico e onde o aspecto religioso atua como forma de compreensão do mundo, a noção de civilidade adquirida através de pedagogias estatais, passa a ser campo fundamental da cultura moderna<sup>4</sup>.

Conforme nos aprofundamos na divisão social do trabalho, aliadas a segregações de tipo étnico-racial, ampliamos a distância estabelecemos distintas



legitimidades entre as diversas práticas culturais existentes na sociedade. Tal como ocorre no plano da produção material para fins de subsistência, as produções culturais refletem tensões que emergem do fosso imposto pelo *status* sociocultural dos indivíduos.

Como num processo de mão-dupla, as questões culturais implicam numa dada condição social e vice-versa. A situação social dos indivíduos intervém na materialização dos processos culturais, resultando num processo de classificações e representações que atribuem valores hierarquizantes e desiguais às relações humanas. De toda forma, para os fins que resultam este artigo, pretendemos superar tal dificuldade conforme construimos o debate, levando em conta intercâmbios entre diversas modalidades de expressão e práticas culturais sejam populares e eruditas e os movimentos de gestão pública da cultura.

Para Claude Lévi-Strauss (1970), a diversidade cultural pode ser comparada a diferentes respostas dadas por diferentes grupos étnicos, aos mesmos “problemas” coletivos. Essas respostas não são motivadas por determinações estritamente biológicas, e para efeitos de análise mais apurada, o pesquisador deve problematizar as práticas sociais e culturais dos grupos humanos, mesmo que elas sejam efetivamente condicionadas e justificadas por atributos biológicos ou étnicos destes mesmos grupos.

### **Espaços de memória, marcas da diferença: prática cognitiva como prática política**

Em conjunto com as noções já constituídas<sup>5</sup> há também o universo das práticas culturais percebidas no/através do contato vivo com os grupos/setores produtores de cultura. Uma postura analítica se faz essencial para o caso brasileiro, haja vista sua condição de sociedade das mais desiguais do mundo. Desde o período colonial houve a constituição de grupos hegemônicos que engendraram processos de desigualdade política e socioculturais não resolvidas com organização do Estado republicano. Tais processos de exclusão, sobretudo do ponto de vista étnico-racial, resultaram na negação de nossa matriz cultural pluriétnica, constituindo dinâmicas fundadas na repressão e em tentativas de uniformização das diferenças,



estabelecendo uma sociedade em que à maioria da população é negado o direito de vivenciar e exprimir referências culturais e memórias próprias.

Desde finais do século XIX, ofuscadas ou inferiorizadas diante da imagem do que chamam de modernidade e “primeiro mundo”, as elites nacionais pautadas no eurocentrismo, pretendem projetar o Brasil numa espécie de mão-única da história, forjando assim seus ideais de progresso. Nesta empreitada pelo “moderno”, mecanismos foram criados nas esferas pública e privada, a exemplo das organizações de proteção ao patrimônio histórico com o pretense objetivo de “cristalizar” a memória que reside em poucos lugares e pertence a muito poucos. Neste sentido, são construídas concepções de patrimônio histórico destituídas de historicidade, reforçando e sacralizando a história dos grupos hegemônicos, como se tal história fosse comum e representativa de todos os grupos existentes na sociedade. O projeto das elites nacionais tencionava, no plano simbólico da cultura, estabelecer uma unidade nacional ocultando as diferenças, os conflitos e a diversidade das experiências, componentes do processo de formação da sociedade brasileira (CUNHA, 1992, p. 10).

A atribuição de significados sociais que minimizam e desqualificam as práticas culturais de negros, indígenas e demais grupos cujas expressões culturais não partilham dos cânones hegemônicos constituem representações e discursos que justificam hierarquias fundadas na desigualdade de condições sócio-histórico-político-culturais privilegiando um determinado *status* étnico e de classe supostamente refinado, padrão ou pretensamente erudito.

Como forma de problematizar aqui alguns aspectos da realidade dos grupos estudados, incluímos algumas narrativas provindas de trabalhos de campo dos membros do GE Catavento. Em um destes estudos, atentamos primeiramente para as expressões culturais negras na cidade Ribeirão Preto, estado de São Paulo, durante a primeira metade do século XX, observando o devir negro para além da perspectiva sócio-histórica e cultural hegemônica, percebendo as maneiras pelas quais os grupos negros criam estratégias para forjar territorialidades e recriar suas expressões culturais e representações identitárias.

Em consonância com essa perspectiva, a cultura deve ser percebida enquanto um repertório de símbolos, manifestações artísticas, práticas e discursos, aberta a relações com outros grupos sociais. A cultura como vivência é expressiva



das relações políticas em que os grupos buscam a afirmação de sua identidade por meio de diálogos e de contrastes com a sociedade abrangente.

Daí o emprego do termo “culturas” na tentativa de se aproximar minimamente da multiplicidade dos sujeitos sociais, realizando interpretações com a capacidade de considerar tanto a lógica cultural interna dos diferentes grupos, quanto os contextos sociais e políticos em que se efetuam alianças e conflitos. Os grupos humanos em suas diferentes formas de relacionamento com o real constituem manifestações culturais e formas peculiares de apropriação dos espaços que, no caso brasileiro, ilustram as especificidades constituintes de sua formação cultural.

A observação das múltiplas dimensões que compõem a trama social, incluindo a dimensão simbólica, e a superação de abordagens mecanicistas sobre os grupos estudados, contribui para ampliar a percepção do pesquisador e enriquecer suas interpretações sobre o plano social. Entendemos que a possibilidade de compreensão das lógicas específicas, presentes nos espaços de convivência onde os contingentes negro-populares estabeleceram seus territórios, surge por meio de um olhar que considera a dinâmica própria das várias práticas culturais. Olhares que contemplem estes territórios, em suas significações específicas e inseridas na história humana enquanto devir, estão próximos da trama social re-criada no cotidiano vivido, no conjunto de instituições, práticas e crenças que têm sentido em meio às relações mantidas, dissolvendo a re-produção de perspectivas estáticas do social (MESQUITA, 1995).

Os descendentes de africanos no Brasil, ao reconhecerem os limites oficiais legais e as restrições de uma sociedade racista, reinventam os usos e os significados dos materiais e dos espaços impostos pelas elites resistindo em suas concepções de mundo e de acordo com os seus interesses. Estes processos resultam em manifestações culturais e desenvolvimento de formas de comunicação que dão condições aos grupos negros para reinventar espaços de integração social que superem a repressão e exclusão social a que são submetidos (CHAUÍ, 1986).

Desta maneira, podemos afirmar que os territórios negro-populares, à primeira vista organizados de maneira contraditória quando comparadas às formas-padrão, são articulações engenhosamente articuladas para lidar com contradições e incongruências da vida cotidiana, projetadas numa lógica particular superadora de adversidades impostas pela lógica hegemônica.



Neste aspecto o conceito de “bricolagem”, desenvolvido por Lévi-Strauss (1986) e utilizado por Magnani (1998), em pesquisa sobre manifestações culturais de populações na periferia da cidade de São Paulo demonstra a capacidade de elaboração e criação das manifestações culturais negras, principalmente em suas estratégias mediadas por uma verdadeira bricolagem entendida como um sistema de elaborações criativas para reinvenção da utilidade de referenciais culturais (MAGNANI, 1998). O entendimento das dinâmicas culturais próprias destas populações ajuda na desconstrução de noções equivocadas, como as que veem irracionalidade e contradição nas expressões, discursos, tempos e espaços de grupos não-hegemônicos.

Os projetos nacionalistas de homogeneização da sociedade brasileira e de tentativa de invisibilização das culturas populares, à luz do positivismo evolucionista e da psiquiatria, forjaram práticas dos grupos hegemônicos no Brasil que reivindicaram espaços físicos e formas de dominação simbólica que refletissem a racionalidade instrumental, o padrão de moralidade e costumes europeus. Tais processos resultaram no branqueamento da história, educação e costumes no país, atingindo com violência principalmente populações negras, devido à perseguição e a estigmatização de suas formas de vida e de seu patrimônio cultural, relegando suas memórias ao menosprezo e esquecimento (LUZ, 1996).

No entanto, esse movimento não é único. Ocorrem outras temporalidades, outras formas de atuação desenvolvidas por parte dos grupos negros segregados que subvertem esta lógica formal da sociedade brasileira (SODRÉ, 1988b). O trabalho com relatos orais suscita a possibilidade de destacar os canais de expressão da memória das populações negras que expressam, no ato de lembrar, as vivências e experiências pretéritas, contribuindo para superar a violência das ações dos grupos hegemônicos. Lembranças consideradas proibidas, vergonhosas, indizíveis, muitas vezes mantidas zelosamente em estruturas de comunicação mais restritas ao grupo familiar, associações e redes de sociabilidade afetivas e/ou políticas, são discursos e saberes que passam despercebidos na sociedade englobante (POLLAK, 1989).

Faz-se necessário pensar na multiplicidade das tradições culturais e das experiências, sem caracterizá-las com estigmas como “ingenuidade” e “espontaneidade”, compreendendo as diferentes formas de organização social como formas específicas de vida e de registros diferenciados. Desta feita, podemos



questionar quais são os critérios e as fontes mais abrangentes para concebermos a multiplicidade de vivências e lutas relativas às demandas dos mais variados segmentos sociais nas batalhas simbólicas pelo estabelecimento da memória e de novos espaços de historicidade (BRITES DA SILVA, 1992).

Pensar as formas de opressão à memória em uma sociedade capitalista nos remete aos bloqueios colocados aos “caminhos da lembrança” em uma sociedade que destrói os suportes materiais da memória e que se recusa ao diálogo e à reciprocidade com as diferentes formas de socialização dos grupos que não-enquadrados aos limites produtivistas requeridos pelo capital. Significa pensar uma sociedade que coloca a diferença sociocultural no espaço do banimento e da discriminação, sob o signo da incapacidade e da incompetência e, portanto, numa condição de desigualdade sociocultural. Uma organização social que se pretende única, a fim de “arrancar os marcos” e “apagar os rastros” das memórias pertencentes aos grupos economicamente subalternizados, tornou-se fundamental para se restaurar os estereótipos oficiais necessários à sobrevivência da ideologia dos grupos hegemônicos, perpetuando “a história oficial celebrativa cujo triunfalismo é a vitória do vencedor a pisotear a tradição dos vencidos” (CHAUÍ, 1986).

Nesta lógica, avenidas, monumentos, praças, museus e uma infinidade de outros espaços presentes na sociedade brasileira configuram-se como exemplos do que Pierre Nora (1993) conceituou como “lugares de memória” erigidos para concentrar o discurso hegemônico de forma absoluta, abolindo as diferenças e sem a necessidade de estabelecer referências na realidade das relações de poder. Estes “lugares” estabelecem uma narrativa histórica única, como espelhos a refletir a onipresença dos valores dos que tencionam a supressão da pluralidade dos tempos e espaços dos segmentos sociais subalternizados. Este processo é complementado com o soterramento das memórias e por uma territorialização excludente dos espaços urbanos transformando o viver em estranhamento e heteronomia.

### **Viagem imaginária à África: por novas epistemologias na sala de aula**

Ao tratar as relações entre os conquistadores e os povos conquistados no Peru, Jacques Le Goff (1996) observa que a desestruturação dos referenciais



culturais das populações indígenas naquele país, durante o sistema colonial, resultou em um “traumatismo coletivo” sentido como desestruturação cultural e perda de identidade. Todavia, estas populações reagiram à desestruturação de suas culturas inventando uma “*práxis* reestruturante”, que o autor representa como “a Dança da Conquista”, “uma reestruturação dançada, em termos imaginários”, organizada pelos “vencidos” formando uma tradição, uma história lenta, como meio de recusa à história rápida dos “vencedores” (LE GOFF, 1996, p. 69-70).

De forma análoga a Le Goff (1996), podemos afirmar que, a exemplo dos povos indígenas do Peru, os segmentos negros da população brasileira também desenvolveram *práxis* reestruturantes, tornando possível tanto a reinvenção de suas identidades e formas socioculturais quanto a superação dos traumatismos políticos e culturais, subvertendo a memória e o tempo monolítico das elites e reinventando lugares próprios de memória. São exemplos aqui, a africanização do catolicismo com a reinvenção da liturgia cristã, a criação da capoeira, de agremiações carnavalescas e o toque dos atabaques nos terreiros. Estas são as linguagens sociais de ocupação espacial que propiciaram subsídios à positivação das identidades dos grupos negros (LUZ, M. 2000, p.464-465).

Nesta dinâmica, as populações negras criaram espaços que marcaram profundamente a formação social brasileira e se tornaram suportes materiais para a organização dos grupos com lastros comunitários e substância social nos lugares das memórias dos afro-brasileiros. Entendemos aqui a memória enquanto um conjunto de signos e símbolos compartilhados pelos grupos sociais, referências criadas ao longo do tempo e estabelecidas em determinados espaços, sendo estes últimos concebidos em suas dimensões físicas e simbólicas (HALBWACHS, 1990).

Além do trabalho realizado acerca dos relatos orais da população negra em diferentes contextos, seguimos na tentativa de dialogar com os propósitos da lei 10.639/2003, constituindo práticas pedagógicas que valorizem as manifestações culturais do universo afro-brasileiro e africano no contexto educacional brasileiro. Para isso, pretendemos ilustrar possibilidades efetivas de construção de discursos e de memórias sociais que contribuam para novas formas de re-conhecimento das representações negras. Na tentativa de compor um texto mais propositivo sobre este aspecto, apontaremos a atividade desenvolvida como contação de histórias, pesquisa histórica, oficinas de artes plásticas e elaboração de textos pautada por



uma viagem imaginária ao continente africano. A atividade foi realizada na rede escolar do município de Araraquara, São Paulo.

Egito, Costa do Marfim, Moçambique, Angola foram países africanos visitados pela imaginação de crianças da rede pública de ensino fundamental. Com a vivência de experiências como estas, o ambiente de estudo, isto é, a sala de aula adquire novas significações. A ludicidade própria do universo infantil, aliada à figura de Nelson Zulu, representado na forma de um boneco de pano criado pela docente responsável pelo projeto<sup>6</sup>, contribuiu para materializar a representação do negro e de seu universo rico em referências culturais, aguçando a curiosidade e interesse das crianças e propiciando conhecimentos sobre o continente africano, estimulando a pesquisa por meio de revistas, livros, imagens e outras publicações impressas e virtuais.

A junção entre professora-conteúdo-aluno é fundamental em projetos como este, cujo resultado da avaliação não se limita ao desempenho dos alunos, mas envolve também o desempenho do professor. Toda prática de construção de memória de um grupo social é intrínseca à esfera do conhecimento que se tem e se constrói sobre ele e por ele.

Dentre as variadas formas de reprodução do racismo em nossa sociedade estão, como já apontamos, a imposição de discursos etnocêntricos e das memórias dos grupos hegemônicos. Junto a isto, estão relacionadas atitudes promotoras de invisibilidade social da população negra expressas no desconhecimento e perpetuação de estereótipos unilaterais sobre o universo cultural do negro brasileiro e suas expressões. Muito embora a cultura do país tenha incorporado várias das referências culturais negras para forjar uma ideia de diferença cultural, essas referências muitas vezes são “esquecidas” e desassociadas de suas matrizes negras<sup>7</sup>.

Considerando a importância da produção artística como expressão dos grupos humanos em sociedade, os conhecimentos sobre a arte quando difundidos na sala de aula podem ser um poderoso instrumento de luta para a dissolução das representações estereotipadas das quais estamos tratando. O estímulo à arte muito contribui para a formação de agentes criativos e críticos, sensíveis ao mundo que os rodeia, curiosos por conhecer e apreciar a diferença cultural característica de seu país, compreendendo e valorizando suas especificidades e procurando superar



preconceitos, manifestações de intolerância e discriminação presentes nas relações entre as pessoas.

O projeto **Viagem pela África** foi uma iniciativa frutífera neste sentido, pois teve o intuito de recriar e valorizar a história e os modos de ser e de viver dos povos negros de origem africana negligenciados ao longo da história do povo brasileiro em decorrência do privilégio de valores pautados na cultura europeia branca, católica, masculina, heteronormativa e pretensamente hegemônica.

No âmbito das políticas públicas brasileiras, o ano de 2003 marca a alteração da Lei nº 9.394 de 1996 pela Lei 10.639, que estabelece a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da Rede de Ensino. A partir da nova lei, os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira passam a ser ministrados em todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística, de Literatura e História Brasileiras.

Uma das experiências interessantes e constitutivas do projeto em questão foi o esforço de colocar em prática conhecimentos e procedimentos adquiridos por meio de cursos de formação docente. Disso resultou a elaboração e execução de projetos sobre os grupos étnicos constituintes da formação do povo brasileiro, promovendo discussões com os alunos e alunas sobre os temas que constituem suas memórias pessoais, abordando suas origens familiares para acionar os conhecimentos que tinham sobre seus antepassados, além de propor o exercício de refletir acerca dos lugares de onde vieram e os grupos étnicos aos quais pertenciam ou se sentiam pertencentes.

A partir desta primeira abordagem, tratando da questão da memória dos alunos e alunas, alguns dos posicionamentos e concepções que as crianças expressavam eram muito significativos: muitos alunos negros não se reconheciam como afrodescendentes, já que a identidade de africanos e seus descendentes eram associadas exclusivamente à história de escravização. Como expressão de desconhecimento de sua própria história, diferença cultural, atividades econômicas e produções artísticas, havia muito preconceito em relação a elementos da cultura africana ou de matriz-afro, sobretudo com relação à religiosidade e aos termos/palavras de origem africana.

A palavra “macumba” é totalmente descontextualizada historicamente e constitui o exemplo clássico de estereótipo negativo acionado para denominar e



representar a religiosidade negra. A noção dos africanos como um único povo, sem especificidades étnico-culturais também era largamente difundida, tornando invisíveis as particularidades relativas às origens territoriais e culturais de cada povo do continente. Entre outros equívocos, havia a crença recorrente de que a África era um “lugar” atrasado e selvagem. As crianças não imaginavam, por exemplo, que o Egito está situado no continente africano e negligenciavam a existência de grandes centros comerciais, hotéis e parques como equipamentos passíveis de existência nas cidades mais populosas e urbanizadas de África.

Este repertório de significados estereotipados sobre o negro, o continente africano e suas populações, reflete a importância da experiência da viagem imaginária à África. Os resultados da atividade denotam ainda que os alunos alcançaram representações mais próximas da realidade do negro brasileiro e africano – e de suas próprias realidades no caso dos alunos afrodescendentes. Construindo novas representações e se apropriando de outros conhecimentos, as crianças se aproximam do continente africano e dos povos negros vivenciando o estranhamento como pressuposto de alteridade e enquanto aproximação de si mesmos. Houve incremento das potencialidades de entendimento e de reconhecimento do outro e compreensão mais ampla dos significados das expressões e práticas artísticas e sócio-histórico-culturais dos grupos negros estudados.

### **Na companhia de Nelson Zulu: re-significando o universo negro e afro-descendente**



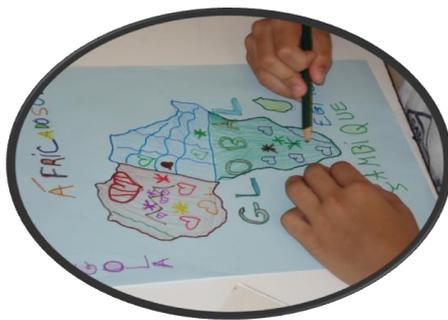
Viajando de avião com Nelson Zulu



Despedida de Nelson Zulu e fim da viagem

Sensibilizar o universo infantil ou infanto-juvenil para questões tão complexas passa por pedagogias que estabeleçam proximidades e interação com os colegas de sala, desenvolvendo expressão artística e exercício da experiência coletiva do lúdico, fortalecendo as relações entre professor-aluno na escola. Este movimento é realizado para provocar curiosidades, comunicação, emoções, busca de informações, questionamentos, criação, descobertas, valores e desenvolvimento das habilidades de expressão dos sujeitos envolvidos. Tratou-se da história, a cultura, a economia, a geografia e a arte dos povos africanos, destacando diferentes identidades, linguagens artísticas, paisagens naturais e urbanas, meios de desenvolvimento econômico e comunicacional, organização social, entre outros aspectos.

**Viagem pela África** foi organizada em oito oficinas que estimulavam a percepção e a imaginação criadora das crianças contribuindo para ampliar seus universos socioculturais por meio da difusão das tradições, músicas, danças, rituais, jogos, mitos, organização política, social e econômica, dos valores estéticos de povos africanos e grupos afro-brasileiros. Realizado durante o primeiro semestre de 2008, o projeto focalizava as formas de pensar e viver destes grupos e culminou na elaboração, pelas alunas e alunos, de uma revista de propaganda turística sobre vários países que compõem o continente africano.



Moçambique/Capa/safári/índice



Atividades: criação de páginas da revista

Isto não significou, na experiência do trabalho docente, reduzir a aula com a linguagem dramática limitando-a aos momentos alegres, divertidos e prazerosos – o riso é uma das manifestações de conhecimento e de expressão mais importantes da



vida humana, muito embora seja constantemente reprimido na sala de aula. O ato de rir pôde proporcionar às crianças a compreensão dos conteúdos de Arte relacionada ao desenvolvimento cognitivo, social, afetivo, perceptivo e à capacidade de criar e observar criticamente o mundo vivido.

Este riso criativo resultou em momentos de discussão e reflexão com as crianças. O projeto contemplou questões relativas às desigualdades sociais e o preconceito relacionado à vida dos africanos e seus descendentes em nosso país. A preocupação do trabalho voltou-se para o desenvolvimento de uma visão cultural, social e estética desprovida de estereótipos sobre os povos negros africanos, focando a ampliação de conhecimentos sobre o assunto e a análise crítica de imagens, sentimentos, atitudes, comportamentos e valores que assimilamos durante o processo de socialização e que, como educadores, continuamos a transmitir representações estereotipadas sobre os diferentes grupos sociais do Brasil e do mundo sem contribuir para a superação do racismo.



Dramatização: safári / Angola para Moçambique  
Andar pela floresta/tirar fotos de animais/acampar...

Nos conteúdos História, Geografia e Ciências, as crianças conheceram e se expressaram acerca da localização espacial (países, principais cidades, capitais); atividades econômicas e de lazer (parques, feiras, safáris); paisagens naturais (praias, fauna, regiões); construções arquitetônicas de diferentes tipos (museus, centros comerciais); produção cultural, industrial e artística (costumes, crenças, música, dança, artesanato, produtos); meios de transporte (aéreo, marítimo). Para Língua Portuguesa, foi utilizado como suporte de texto: a revista turística criada



pelos alunos e alunas; abordagem de gêneros textuais informativos e persuasivos ricos em formas escritas, recursos gráficos, diagramação, imagens e *slogans* característicos da propaganda. A revista compunha-se por textos curtos e simples com linguagem coloquial, atendimento a razão e a emoção, organização e relação das palavras e imagens na página com frases de impacto. Também se pode despertar interesse por viagens a outros países, a constituir e ampliar o vocabulário e criar recursos estilísticos.



Finalização e apreciação das revistas de viagem  
Troca com os colegas

Desta maneira, constituímos uma perspectiva capaz de captar as singularidades e possibilidades das manifestações artísticas e culturais plurais dos nossos dias aprendendo a reconhecer as inúmeras formas que elas adquirem nos contextos em que são realizadas. Na busca da descolonização do imaginário é este olhar que procuramos aguçar em nossos estudos e é este o sentido do Catavento enquanto coletivo cultural e grupo de estudos e pesquisas para as culturas populares. Este é também o sentido deste trabalho dedicado à memória de Ana Lúcia, educadora que realizou a viagem imaginária ao continente africano junto a crianças de escolas públicas de ensino fundamental na cidade de Araraquara, São Paulo.

### Referências Bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento:** contexto de François Rabelais. São Paulo-Brasília: HUCITEC/UNB, 2008.



BARBOSA, A. M. **A Imagem no Ensino da Arte: anos oitenta e novos tempos.** São Paulo, Iochpe, Perspectiva, 1991.

BHABBA, Homi K. **The Location of Culture.** Londres: Routledge, 1994.

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRITES DA SILVA, Olga. Memória, preservação e tradições populares. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira da (Org), **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania,** São Paulo: Secretaria Municipal da Cultura, 1992, p.17-20.

BRASIL. **Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Brasília, DF: Senado Federal, 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm)>. Acesso em: 17/08/2008.

BRASIL. **Lei no. 9394, de 20 de dezembro de 1996.** Brasília, DF: Senado Federal, 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm)>. Acesso em: 17/08/2008.

BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna.** São Paulo: Cia das Letras, 1989.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: Edgardo Lander (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, pp.169-186, setembro de 2005. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/CastroGomez.rtf>>. Acesso em 15/11/2012.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil,** São Paulo: Brasiliense, 1986.

CUNHA, Maria Clementina Pereira da (org.). **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania.** São Paulo: Secretaria Municipal da Cultura, 1992, p.17-20.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas.** Salvador: UFBA, 2008.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.



HERNANDES, F. **Transgressão e mudança na educação**: os projetos de trabalho. Porto Alegre: Artmed, 1998.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 1996.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O Pensamento Selvagem**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

\_\_\_\_\_. "Raça e História" In: **Raça e Ciência I**. São Paulo: Perspectiva, 1970, pp. 231-270.

LUZ, Marco Aurélio de Oliveira. **Agadá**: dinâmica da civilização africano-brasileira. Salvador: EDUFBA, 2000.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no Pedaco**: cultura popular e lazer na cidade. São Paulo: Hucitec/Unesp, 1998.

MESQUITA, Zilá. Do Território à Consciência Territorial. In: MESQUITA, Zilá; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Territórios do Cotidiano**: uma introdução a novos olhares e experiências. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul: UFRGS/UNISC, 1995, p. 76-92.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: **Revista Projeto História**. Departamento de História de Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, n.10, pp. 7-28, dezembro de 1993.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos**: Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

\_\_\_\_\_. Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade. In: RAMALHO, Maria Irene; RIBEIRO, António Sousa. **Entre Ser e Estar**: raízes, percursos e discursos da identidade. Porto: Afrontamento, 2002.

SANTOS, Elisângela de Jesus. **Entre Improvisos e Desafios**: do cururu como cosmovisão de grupos caipiras do Médio Tietê, SP. 2013. 315f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara.

SODRÉ, Muniz. **A Verdade Seduzida**: por um conceito de cultura no Brasil. São Paulo: Francisco Alves, 1988a.



\_\_\_\_\_. **O Terreiro e a Cidade:** a formação social negro brasileira. Rio de Janeiro: Vozes, 1988b.

SOUZA, Sérgio Luiz de. **(Re)vivências negras:** entre batuques, bailados e devoções-práticas culturais e territórios negros no interior paulista (1910-1950), Ribeirão Preto-SP: Edição do Autor, 2007.

## Notas

<sup>1</sup> Pós Doutoranda no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Bolsista CAPES. Doutora em Ciências Sociais pela UNESP-FCL Araraquara (2013). Mestre em Sociologia (2008) e graduada em Ciências Sociais, Bacharelado e Licenciatura (2003) pela mesma instituição. Foi bolsista de mestrado e doutorado da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, FAPESP (2006-2013). Tem como temas de estudo: catolicismo popular, religiões de matriz africana, narrativas orais mítico-póético-musicais populares, culturas populares, cultura caipira, etnomusicologia. É pesquisadora associada ao Centro de Estudos das Culturas e Línguas Africanas e da Diáspora Negra (CLADIN), do Laboratório de Estudos Africanos, Afrobrasileiros e da Diversidade (LEAD) e do Núcleo Negro da Unesp para Pesquisa e Extensão (NUPE). É fundadora-coordenadora do Catavento: Redes e Territórios de Culturas e Identidades, grupo de estudos e pesquisas para as culturas populares.

<sup>2</sup> O Catavento é um coletivo de estudos coletivos que busca: i) discutir processos culturais enquanto expressões das diferenças históricas e culturais no Brasil; ii) observar as manifestações culturais populares na constituição de identidades específicas; iii) entender tradição e modernidade como processos históricos e políticos articulados na contemporaneidade; iv) discutir memória e oralidade em discurso de luta política (narrativas compostas de valores, mitos e representações sociais singulares); v) interpretar criticamente a produção da indústria cultural em relação às modalidades de cultura popular; vi) situar e interferir socialmente nas políticas públicas sobre patrimônio material e imaterial; vii) discutir com gestores públicos em relação às expressões culturais não-pertencentes aos cânones etnocêntricos; viii) promover e apoiar grupos e respectivas manifestações culturais populares; ix) desenvolver, praticar e divulgar projetos que atendam a grupos populares em parcerias com escolas e universidades; x) prestar assessoria e consultoria para assuntos relacionados a editais públicos em parceria com associações e instituições; xi) promover encontros e debates acerca dos temas relativos às culturas populares.

<sup>3</sup> O autor usa o termo “moderno” para definir a noção de cultura no Ocidente pós-renascimento.

<sup>4</sup> Para problematizar a relação entre re-produção de conhecimento como moderna função do Estado no enquadramento do indivíduo a produção material, ver CASTRO-GÓMEZ (2005).

<sup>5</sup> Numa perspectiva histórico-teórica, o tratamento dispensado por teóricos como Mikhail Bakhtin (2008) e Peter Burke (1989), é interessante para especificar e a problematizar o tema das culturas populares na Europa em seus movimentos e transformações.

<sup>6</sup> O projeto “Viagem pela África” foi concebido e desenvolvido pela professora de Artes na rede pública de ensino, Ana Lúcia da Silva que faleceu em 2011. O projeto, por ela desenvolvido e aplicado junto a alunos do Ensino Fundamental no município de Araraquara-SP, foi selecionado para compor a programação do Canal Futura, televisão educativa. Os dados e fotos do projeto foram realizados pela autora que, antes de sua passagem, socializou o conhecimento com os membros do Catavento.

<sup>7</sup> Santos (2002) a partir da leitura de Bhabba (1994) nota que o multiculturalismo ou a noção de diversidade cultural pressupõem a ideia de uma cultura central como legítima. Afirmar a diversidade nestes termos sempre impõe limites à própria condição diversa, o que não contribui para a superação do racismo.